

OS MOMENTOS FINAIS DO ESTADO NOVO NO AMAZONAS: MOVIMENTO QUEREMISTA, REORDENAMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO E AS ELEIÇÕES DE 02 DE DEZEMBRO DE 1945

The final moments of the New State in Amazonas: the *queremista* movement, political-partisan reorganization and the December 2, 1945, elections

Los momentos finales del nuevo estado en el Amazonas: movimiento *queremista*, reorganización política-partidaria y las elecciones del 02 de diciembre de 1945

JOÃO ROZENDO TAVARES NETO^{1*}

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420220108>

¹Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

*Doutorando em História pela Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC) (joao_uninorte@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-8457-2780>

Artigo recebido em 08 de setembro de 2021 e aprovado para publicação em 11 de novembro de 2021.

RESUMO

O presente artigo analisa os momentos finais do Estado Novo no Amazonas, destacando a atuação do movimento *queremista*, passando pelo reordenamento político-partidário e pelas eleições de 02 de dezembro de 1945. Para tanto, lançamos mão dos jornais da época enquanto fonte fundamental para compreendermos o momento histórico em questão, lançando luzes sobre a movimentação na vida política local num momento de flagrante agitação e mudanças no jogo político amazonense.

PALAVRAS-CHAVE: Amazonas; Eleições; Estado Novo; Movimento Queremista; Reordenamento Político-Partidário.

ABSTRACT

This article analyzes the final moments of the Brazilian New State in Amazonas, highlighting the action of the *queremista* movement and discussing the political-partisan reorganization and the December 2, 1945, elections. To that end, we used newspapers of the time as a fundamental source to understand the historical moment in question, shedding light on the movement in local political life in a moment of blatant agitation and changes in the Amazonian political game.

KEYWORDS: Amazonas; Elections; New State; *Queremista* Movement; Political-Partisan Reordering.

RESUMEN

El presente artículo analiza los momentos finales del Estado Nuevo en el Amazonas, destacando la actuación del movimiento *queremista*, pasando por la reorganización política-partidaria y las elecciones del 02 de diciembre de 1945. Para tanto, utilizamos periódicos de esa época como base informativa fundamental para comprender el momento histórico en pauta, destacando el movimiento en la vida política local durante un momento de evidente agitación y cambios en el juego político amazonense.

PALABRAS CLAVES: Amazonas; Elecciones; Estado Nuevo; Movimiento *Queremista*; Reorganización Política-Partidaria.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em fevereiro de 1945, o interventor federal no Amazonas, Álvaro Botelho Maia, completava 10 anos na chefia do governo estadual. Naquele mês, ao retornar de uma viagem realizada ao Rio de Janeiro, concedeu entrevista à imprensa amazonense com o intuito de falar acerca de sua estada na capital federal e de seu encontro com o presidente Getúlio Vargas. Na oportunidade, Maia aproveitou para enfatizar a necessidade de união do povo amazonense em torno do que considerou a maior das preocupações naquele momento: a economia do estado. Ao se referir à condição econômica do Amazonas naquele momento, o interventor salientou que o panorama financeiro não era ótimo, mas também não era desesperador. Por fim, pregando a necessidade de uma harmonia entre os amazonenses, anunciou que a determinação seria trabalhar e produzir, trabalhar em ordem, cuidando dos problemas sem preocupações políticas¹.

Apesar de sua fala privilegiar quase que unicamente aspectos referentes ao momento econômico do estado, fazendo questão de enfatizar que seu governo não tinha qualquer preocupação de ordem política, foi inevitável falar sobre o tema durante a entrevista. Ao ser perguntado sobre o futuro político do Amazonas, Maia manteve uma postura cautelosa, limitando-se a afirmar que ainda era cedo para se falar sobre tal questão, e, portanto, não deveria haver qualquer preocupação nesse sentido. Ele havia acabado de retornar da capital federal, e, certamente, trouxe na bagagem de volta uma impressão pessimista, ou, na melhor das hipóteses, cautelosa, acerca do momento político do Estado Novo e dos imediatos reflexos de sua instabilidade nas interventorias. Àquela altura, a imprensa local vinha mostrando que havia uma crescente agitação na região, reflexo das inúmeras especulações com relação aos passos ulteriores na política nacional e o futuro do Amazonas.

À medida que as notícias chegavam do Rio de Janeiro, nas semanas e meses que se seguiram, a inquietação no cenário político amazonense aumentava, fazendo com que fervilhasse entre os representantes políticos amazonenses o debate em torno do horizonte político brasileiro, e, evidentemente, do estado do Amazonas. Uma questão muito debatida girou em torno do processo de formação dos grupos políticos que se reuniram em torno da criação de novos partidos políticos no Amazonas. As mobilizações em volta das eleições foram crescendo com o passar dos meses, e a proximidade do escrutínio de 02 de dezembro gerava intensa movimentação entre os políticos amazonenses em busca da formação de suas bases eleitorais. Além disso, havia naquele contexto uma mobilização por parte de determinados grupos em torno do processo de organização e atuação dos movimentos que foram desencadeados em apoio ao presidente Vargas no Amazonas. Tais manifestações foram promovidas

pelo movimento chamado “Frente Democrática Getúlio Vargas”. Tomamos essa questão do movimento de apoio ao presidente Vargas, ou seja, do movimento queremista no Amazonas, como ponto de partida para as reflexões deste texto.

O QUEREMISMO NO AMAZONAS

“**V**im para acabar com o Estado Novo”: essa frase, proferida pelo general Pedro Aurélio de Góes Monteiro ao presidente Getúlio Vargas, no dia 1º de novembro de 1944 (Neto, 2013: 453), sinalizava o atual estado de coisas pelo qual passava a ditadura do Estado Novo. Góes Monteiro expressava o descontentamento existente entre a grande maioria dos oficiais com o governo de Vargas. Esses oficiais entendiam que não fazia mais sentido manter uma ditadura no contexto da aclamação da democracia sobre o Eixo, e, portanto, não havia o mínimo de razoabilidade em apoiar um governo que externamente combatia o totalitarismo e internamente o mantinha (Neto, 2013: 453).

Como se nota, ainda na segunda metade de 1944, a ditadura do Estado Novo começou a dar sinais de esgotamento, passando a sofrer essa extenuação que foi avançando pelos meses finais daquele ano e invadindo o ano de 1945. À medida que esse processo ia progredindo, a figura do presidente Getúlio Vargas ficava cada vez mais vulnerável, e, por conseguinte, suscetível aos ataques dos seus opositores, que, àquela altura, se valendo do arrefecimento das estruturas de censura no país, passaram a atacar diretamente Vargas e o Estado Novo.

Em fins de fevereiro de 1945, a censura à imprensa foi suspensa (Macedo, 2010: 112). Uma das significativas manifestações que contribuiu para essa suspensão foi a entrevista do escritor José Américo de Almeida aos jornais. Em declaração emblemática enquanto ato de enfrentamento à censura imposta pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), José Américo proferiu palavras firmes contra o regime governamental do Estado Novo, sentindo, segundo suas palavras, o desafio de quem dá um grito incontido no deserto².

Com a ruptura dos mecanismos de censura à imprensa, os movimentos nas ruas contra o governo e seu aparelho repressivo se tornaram mais frequentes. Naquele contexto, passeatas, marchas e organizações liberais ganhavam espaço nas ruas e nas páginas dos jornais, expressando críticas cada vez mais contundentes ao Estado Novo e a Getúlio Vargas (Macedo, 2010: 112). Os protestos exigiam, dentre outras coisas, anistia para os presos políticos. Todavia, em resposta aos crescentes protestos contra Vargas e o seu governo, começaram a surgir manifestações de apoio ao presidente. Curiosamente, as manifestações que passaram a defender Getúlio Vargas dos ataques dos grupos opositores surgiram por meio de um con-

tramovimento, por assim dizer, ocorrido na cidade de São Paulo em 02 de março de 1945. Na oportunidade, simpatizantes de Vargas interromperam um ato contra o governo do Estado Novo, que estava sendo realizado pelos estudantes universitários na Praça da Sé. No dia 04 de março, o *Jornal do Brasil* publicou reportagem em que apresentava para os seus leitores os manifestantes que tomaram a Praça da Sé no dia 02, causando a dispersão dos estudantes universitários que gritavam contra Vargas e seu governo.

Com relação às notícias divulgadas pela imprensa, segundo as quais seriam elementos provocadores, adrede importados da Capital Federal, aquelas pessoas que com demonstrações favoráveis ao presidente da República, interferiram no comício realizado no dia 2, pelos estudantes, na Praça da Sé — a Secretaria da Segurança Pública comunica, a bem da verdade e baseada no inquerito em andamento, que tais pessoas eram, na realidade, elementos da população local, na maioria operários e vendedores de jornais, estes ostentando, ainda, a correia que costumam levar a tira-colo e muitos daqueles voltando com as marmitas em que levam suas refeições para as fábricas, oficinas, construções, etc³.

Como destacado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, os manifestantes não haviam saído do Rio de Janeiro, como tinha sido divulgado pela imprensa inicialmente. Eram trabalhadores oriundos de São Paulo, na maioria operários e vendedores de jornais que expuseram toda sua indignação com os insultos proferidos pelos estudantes ao presidente Vargas. Assim, o movimento queremista surgiu como um conjunto de manifestações populares de reação aos insultos contra o presidente da República, adotando como ação inicial apenas o revide às agressões sofridas por Getúlio Vargas nos comícios. Mas, já em abril daquele ano, o movimento foi tomando contornos mais nítidos (Ferreira, 2003: 19-20). Ainda no mês de abril, a imprensa começou a fazer referência aos termos que caracterizaram o movimento.

Ao analisar o cenário, Jorge Ferreira (2003) salientou que foi também em abril que surgiu pela primeira vez na imprensa as expressões “queremos”, “nós queremos” ou ainda “nós queremos Getúlio”. Em maio, o movimento tomou dimensões mais estendidas, se espalhando por todo o Brasil. Ainda de acordo com Ferreira (2003), apesar da resistência da imprensa, se tornou praticamente impossível omitir a existência do movimento.

Apesar de o movimento ter se espalhado mais fortemente a partir de maio, como sinalizou Ferreira, em março de 1945 a imprensa amazonense já noticiava a realização de comícios em favor de Getúlio Vargas ocorridos na cidade de Manaus. Com a organização batizada “Frente Democrática Getúlio Vargas”, os comícios tinham como público central em suas convocações a classe operária⁴. Esse movimento, como o próprio nome definiu, buscou formar uma frente ampla com apoiadores e simpatizantes do presidente Vargas, daí a convocação

feita à classe operária. Um importante mediador nessa convocação da classe operária foi um dos organizadores da "Frente", o experiente político Vivaldo Palma Lima.

Sobre a composição dessa "Frente Democrática Getúlio Vargas", o jornal *Correio da Manhã*, em edição do dia 09 de agosto de 1945, afirmou que toda a elite integralista que atuou no Amazonas e em outros estados integrou essa referida "Frente"⁵, o que aponta para uma composição com várias tendências, o que não seria surpresa, uma vez que houve uma significativa difusão da propaganda varguista no Amazonas durante o Estado Novo, alcançando variados setores da sociedade. Essa difusão se deu por meio de determinados jornais, ou por meio da revista *Sintonia*, grande propagadora da política varguista no estado (Mendonça, 2015: 59), criada em Manaus em 1939 pelo telegrafista Rigoberto Costa.

É inegável que houve uma forte frente propagandista no Amazonas em exaltação ao presidente Vargas, e a força dessa propaganda foi importante como instrumento de fortalecimento da figura do presidente no Amazonas entre seus admiradores e aliados. Além dos periódicos enaltecedores, obras foram escritas também com esse objetivo, com destaque para o livro elaborado por um importante membro do governo local, chamado Leopoldo Peres, que, em sua obra intitulada *Getúlio Vargas: o homem e o chefe*, referia-se ao presidente como possuidor do dom dos grandes chefes, com poderes que facilmente se confundiriam com poderes sobrenaturais (Peres, 1944: 24). Para Hosenildo Alves, Leopoldo Peres exerceu um papel fundamental, sendo o mais importante difusor dos princípios ideológicos do Estado Novo no Amazonas (Alves, 2009: 38).

Voltando ao papel desempenhado pela "Frente Democrática Getúlio Vargas" naquele contexto, constata-se que, via de regra, os discursos proferidos pelos organizadores nos comícios buscava defender o presidente Vargas dos ataques desferidos pelos grupos de oposição ao seu governo, e, ao mesmo tempo, rememorar as ações promovidas pelo presidente ao longo dos quase 15 anos em que esteve à frente do governo federal. No dia 19 de abril, durante a realização do 18º comício promovido pela "Frente Democrática Getúlio Vargas", os organizadores do evento assinaram um manifesto em prol do lançamento da candidatura de Vargas à Presidência da República. Intitulado *Telegrama de apelo da Frente Democrática Getúlio Vargas*, o comunicado buscou sensibilizar Vargas para que fizesse o sacrifício de aceitar o registro da candidatura em questão.

Entendemos que, se, por um lado, a manifestação supracitada tinha um sentido muito mais simbólico do que propriamente prático no que se refere ao possível lançamento da candidatura de Vargas à presidência, por outro, tal ação serviu para que Vivaldo Lima, líder do movimento, e os demais simpatizantes varguistas, pudessem medir o grau de aceitação de suas manifestações junto ao operariado amazonense, pois isso representaria o fortalecimen-

to de laços com um potencial eleitorado. De acordo com Fernando Limongi, fazer eleitores significava torná-los aptos a participar do processo eleitoral, ou seja, para ele, fazer eleitores era apenas o primeiro passo para “fazer a eleição” (Limongi, 2015: 371). Portanto, construir pontes com esses possíveis eleitores era essencial para o futuro daquele grupo político.

Assim, ao longo do período de 1945, os representantes desse movimento organizaram inúmeros comícios pela cidade de Manaus. Inicialmente, essas reuniões aconteciam na praça São Sebastião, em frente ao Teatro Amazonas, área central da cidade, e as convocações para as mobilizações comumente eram publicadas nos jornais que circulavam em Manaus e destacavam como público principal das ações as classes trabalhadoras. Via de regra, o texto iniciava sua chamada desta forma: “Convidamos as classes trabalhadoras e o povo em geral para mais um comício de solidariedade ao presidente Getúlio Vargas”⁶. Com o passar dos meses, os representantes do queremismo no Amazonas começaram a promover comícios em diversos bairros da cidade de Manaus, tentando descentralizar as ações que estavam restritas à região central da cidade. Havia, nessa mudança de estratégia, a intenção de ampliar a mobilização popular, com vistas a aumentar o número de apoiadores do movimento, e, ao mesmo tempo, convocar a população para participar do chamado comício-monstro, que ocorreria no dia 03 de outubro em todo o Brasil⁷. Além, claro, do propósito de amplificar o nome de seus líderes junto à população pretensamente votante da capital amazonense.

Esse comício do dia 03 de outubro seria especial para os queremistas, pois, como dissemos, tratava-se de uma manifestação de caráter nacional. Chamado de “o grande comício nacional”, o ato apresentava-se da seguinte forma:

O comício nacional será realizado, simultaneamente, no mesmo dia e à mesma hora, nas capitais, cidades, vilas e nos mais distantes e modestos logarejos espalhados por todos os Estados do Brasil. O povo brasileiro, colocando-se resolutamente acima das lutas partidárias, dos interesses pessoais e das paixões que nada constroem — pedirá, na maior manifestação em praça pública de toda a sua história, pela voz autorizada dos seus oradores, que seja convocada, em eleições livres e honestas, uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE como o único, o verdadeiro caminho para a democracia, para a liberdade, para a ordem e para o progresso!

Depois do comício, em cada lugar em que o mesmo for realizado, terá início a GRANDE MARCHA DO POVO em direção: no Distrito Federal — à sede do Governo da República; nas capitais dos Estados — à sede das Interventorias; nas cidades — às prefeituras locais, e em outros pontos do país — à principal autoridade administrativa do lugar — para, em perfeita ordem, numa gigantesca manifestação coletiva, a maior de todos os tempos do Brasil, encaminhar à direção suprema do país — o pedido de toda a nação, unida pelo mesmo ideal, uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE⁸.

Em Manaus, as primeiras manifestações ocorreram ainda na Avenida presidente Getúlio Vargas; em seguida, os manifestantes partiram em direção ao Velódromo da cidade. Por fim, seguindo o itinerário estabelecido nacionalmente, os manifestantes promoveram a chamada grande marcha do povo rumando para o Palácio Rio Negro⁹. Ao longo da noite, inúmeras lideranças queremistas discursaram, destacando-se o jornalista Aristophano Antony, que chefiava a “Frente Democrática Getúlio Vargas” naquela oportunidade¹⁰. As manifestações de apoio ao presidente Getúlio Vargas, realizadas principalmente por meio de comícios, ocorreram até o mês de outubro, sendo que o último desses atos ocorreu no dia 24, na Avenida Eduardo Ribeiro, uma das principais avenidas de Manaus¹¹. Apesar das manifestações por várias partes do Brasil, o presidente Getúlio Vargas foi deposto pelo Alto Comando das forças armadas no dia 29 daquele mês¹².

O PROCESSO DE REORDENAMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

Ao tempo em que se deu a agitação em torno do movimento queremista, ocorreu constante movimentação por parte dos grupos políticos da região em torno da fundação de novos partidos políticos no Amazonas, seguindo a tendência que vinha se constituindo no cenário nacional.

Os partidos políticos haviam sido extintos em 02 de dezembro de 1937, por meio do decreto-lei n. 37, assinado pelo presidente Getúlio Vargas conforme a atribuição que o artigo 180 da Carta Magna lhe conferia¹³ na emergência do golpe sacramentado em novembro daquele ano. Em 1945, com o processo de abertura política em marcha, novos partidos foram fundados, atendendo às determinações estabelecidas pelo decreto-lei n. 7.586, de 28 de maio de 1945¹⁵, que regulava, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições a que se refere o artigo 4º da lei constitucional n. 9, de 28 de fevereiro de 1945¹⁴. Dentre as exigências estabelecidas, destacamos a do artigo 109, que ordena que toda associação de pelo menos dez mil eleitores, de cinco ou mais circunscrições eleitorais, que tiver adquirido personalidade jurídica nos termos do Código Civil, será considerada partido político nacional; bem como a do § 1º do artigo 110, que diz que só podem ser admitidos os registros de partidos políticos que atuassem em âmbito nacional¹⁶. Para Rodrigo Patto Sá Motta (1999), a lei notoriamente intencionava forçar o surgimento de partidos nacionais como forma de evitar um possível retorno aos tempos da chamada primeira República, quando predominavam as oligarquias partidárias regionais. O resultado imediato do alistamento eleitoral em 1945 foi impressionante, principalmente se comparado ao realizado em 1933. Ao explicar o expressivo crescimento do número de eleitores em 1945, Jairo Nicolau sinaliza que:

O alistamento feito em 1945 foi muito mais eficiente do que o realizado 12 anos antes (1933). Foram registrados 6,168 milhões de eleitores, um crescimento de 329% enquanto a população cresceu apenas 25% no mesmo período. O que explicaria o ritmo tão acentuado do crescimento do eleitorado? Duas explicações podem ser sugeridas. A primeira é que o alistamento passou a ser obrigatório. A carta de 1934 já havia estabelecido a obrigatoriedade de alistamento e de voto para os homens e as funcionárias públicas. Mas como a Constituição foi promulgada poucos meses antes das eleições daquele ano, esta norma teve pouco impacto sobre o registro de eleitores. A Lei Agamenon, além de ampliar a obrigatoriedade do alistamento e do voto para todas as mulheres, estabeleceu multas (entre 100 e 1.000 cruzeiros) para quem não se alistasse ou não comparecesse para votar. A segunda razão para o crescimento do número de eleitores foi a utilização em larga escala do alistamento ex-officio pelos interventores dos governos estaduais e pelos sindicatos. No total, 21% dos eleitores foram cadastrados por esse sistema, mas com contingentes mais acentuados no Distrito Federal (54%) e em São Paulo (31%). Depois de alistado, os eleitores recebiam um título eleitoral, que deixou de conter fotografia. (Nicolau, 2004: 43-44)

O processo de reconfiguração do cenário eleitoral no Brasil avançava imediatamente por meio dos dispositivos impostos pela Lei Agamenon. Logo, foram sendo organizados e fundados novos partidos à luz dos critérios estabelecidos pela referida lei. Dentre as determinações, havia, como mencionado anteriormente, a definição de um critério de abrangência nacional como condição necessária para o registro partidário, além da necessidade de registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Nicolau, 2012: 89). Com tais medidas estabelecidas, os partidos, uma vez organizados, buscaram o registro junto ao TSE. Ao começarem a atuar oficialmente, os partidos buscaram marcar posições com suas bandeiras de luta e ampliar seus quadros correligionários. Com isso, não demorou para que três fortes legendas passassem a ocupar lugar de destaque na política brasileira: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN).

Durante o processo de organização das novas legendas partidárias, o PSD foi sendo estruturado, nas palavras de Maria do Carmo Campello de Souza, "de cima para baixo, ou seja, de dentro para fora do Estado, por meio de convocação feita pelos Interventores" (Souza, 1976: 109). Assim, o PSD foi se organizando nos estados sob a égide dos interventores e com o consentimento de Getúlio Vargas (Souza, 1976: 109). Analisando o processo de criação do PSD, Lucia Hippolito concorda que a base de formação do partido foi composta por interventores que haviam sido nomeados por Vargas, e que, portanto, o partido realmente havia sido criado de cima para baixo. Contudo, salienta a autora, o PSD jamais foi um partido fortemente centralizado; ao contrário, o poder dos diretórios regionais sobre o comando nacional sempre impediu a imposição de diretrizes do centro em direção à periferia do partido, o que, por sua vez, não inviabilizou o constante diálogo, por assim dizer, entre o diretório nacional e

os diretórios regionais. Ao contrário, houve, efetivamente, durante toda a existência do PSD, a vigência de uma prática de influências recíprocas entre os diretórios (nacional e regionais), em que decisões ou sugestões de uns influenciaram comportamentos de outros, mas sem necessariamente haver condicionamentos entre um e/ou outro. Destarte, a grande autonomia das seções regionais era contrabalançada por uma busca permanente do equilíbrio, exercida pelo diretório nacional (Hippolito, 2012: 47).

Por sua vez, fundada oficialmente no dia 07 de abril de 1945, a UDN nasceu como um movimento de ampla frente oposicionista ao governo do Estado Novo. De acordo com Maria Victoria de Mesquita Benevides, essa frente ampla de oposição que resultou no surgimento da UDN seria o resultado de uma reunião de antigos partidos estaduais e de uma aliança política entre novos parceiros com uma bandeira de política bastante definida: a reconquista das liberdades democráticas (Benevides, 1981: 23-24). No período de sua fundação, o partido agregou a suas fileiras diversos grupos, situados em cinco categorias, que seriam: “As oligarquias derrotadas pelo movimento de 1930, os antigos aliados de Vargas preteridos pós 1930 ou 1937, os que abandonaram o Estado Novo antes de 1945, liberais com forte identificação regional e, por fim, as esquerdas” (Benevides, 1981: 29-31).

Por fim, o PTB surge no cenário nacional em maio de 1945, trazendo consigo uma ligação umbilical com o trabalhismo de Getúlio Vargas. Para Lucília de Almeida Neves Delgado, no período que marcou o surgimento do PTB, seus fundadores alicerçaram sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho (Delgado, 2003: 140). Era, portanto, um filhote do Estado Novo, um partido que nasceu sob as bênçãos de Getúlio Vargas; tratava-se da “[...] coroação de um longo e cuidadoso esforço de edificação de uma convicção trabalhista no Brasil” (Gomes, 2002: 1-2). Apesar de diferentes na composição do conjunto, PSD e PTB foram fundados com a chancela de Getúlio Vargas, o que indica que, mesmo com o Estado Novo sendo fortemente questionado e criticado, o presidente Vargas manteve sua influência e seu poder político durante o processo de organização de novas legendas. Angela de Castro Gomes “considerou que PTB e PSD nasceram ao mesmo tempo enquanto resultado da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo” (Gomes, 2005: 282).

Como havia na Lei Agamenon o critério de abrangência nacional, e diante do quadro de organização dos novos partidos na capital federal, não demorou para que os representantes políticos nos estados comesçassem a se mobilizar em prol da organização e articulação em torno da fundação de novas legendas partidárias em suas regiões. Havia, também, a necessidade imediata de organizar as novas legendas para que seus representantes pudessem preparar suas convenções para a escolha dos candidatos que pretensamente representariam

os partidos na disputa eleitoral que se anunciava. No estado do Amazonas não foi diferente, e, na mesma velocidade em que chegavam as notícias informando sobre a movimentação política da capital, intensificavam-se as reuniões e os arranjos dos grupos em torno da formação dos partidos políticos. Dessa maneira, à medida que se atualizavam as informações vindas do Rio de Janeiro, cresciam as frentes políticas que seriam responsáveis pelas fundações dos partidos no Amazonas. Foi nessa dinâmica que algumas categorias de trabalhadores e sindicalistas comprometidos com o getulismo não perderam tempo e instalaram na sede da União Operária, no dia 12 de julho de 1945, a seção do Partido Trabalhista Brasileiro¹⁷. Dois dias depois, em 14 de julho, oficializava-se a fundação do Diretório Estadual do PTB. Nessa oportunidade, o nome do presidente do sindicato dos portuários, Manuel Elias de Almeida Anunciação, foi aclamado por uma ala dos trabalhistas como presidente do Diretório.

As ações empenhadas pelos trabalhistas na instalação da sede, e, em seguida, na fundação do Diretório, poderiam indicar que o PTB amazonense se organizava de forma firme e harmoniosa. No entanto, o processo de fundação do partido não transcorreu em clima de conciliação. Depois de pouco mais de dois meses da composição da diretoria que trazia Manuel Elias de Almeida Anunciação como presidente, os desacordos começaram a ganhar dimensões maiores e a tomar novos desdobramentos. O principal motivo naquele instante se deu em função da reação do grupo comandado pelo líder quememista Vivaldo Palma Lima e de sua ala política, que, não reconhecendo como legítima a formação daquela diretoria, e nem tampouco a presidência de Manuel Anunciação, convocou uma reunião na sede do partido para o dia 19 de setembro, a fim de que fosse escolhido o Diretório Provisório do partido. Na ocasião, o grupo de Vivaldo Lima, composto pelos representantes da “Frente Democrática Getúlio Vargas”, ou seja, a ala quememista do PTB no Amazonas, estendeu o convite da reunião aos presidentes de sindicatos de classes e seus associados, bem como a todos os trabalhadores manuais e intelectuais da capital amazonense¹⁸.

O evento acabou sendo realizado no dia 22 daquele mês, consagrando o nome de Vivaldo Palma Lima como presidente do Diretório Estadual. Criava-se, com isso, um grande impasse nas fileiras do PTB Amazonas, uma vez que havia dois Diretórios falando em nome do partido. Não aceitando essa situação, Manuel Anunciação divulgou uma nota três dias depois da manifestação de Vivaldo Palma Lima, informando que enviou para a Comissão Executiva Central um comunicado protestando contra a organização de uma segunda diretoria e solicitando uma solução do caso.

O PTB nascia no Amazonas envolto em acirrada disputa pelo controle do Diretório Provisório entre a ala dos quememistas, chefiada, de um lado, por Vivaldo Lima, e, de outro, pela corrente dos chamados trabalhistas, orientada por Manuel Elias de Almeida Anunciação. Para entendermos

a divisão, é importante identificar as trajetórias de ambas as alas. Os chamados trabalhistas eram representantes do operariado e sindicalistas; suas trajetórias eram ligadas aos movimentos sindicais. Esses representantes reivindicaram o uso do termo trabalhista para identificá-los e diferenciá-los da outra ala. É importante destacar que eles não deixaram de apoiar o movimento organizado pela “Frente Democrática Getúlio Vargas”, participando de inúmeros comícios do queremismo em Manaus. Acreditamos que essa participação ocorreu em função da causa em questão demonstrar solidariedade ao presidente Vargas. Por outro lado, a ala dos chamados queremistas tinha um experiente político como um dos principais organizadores da “Frente Democrática Getúlio Vargas”: Vivaldo Lima. Como se tratava de uma “Frente”, o grupo teve por finalidade reunir em torno da causa o maior número possível de apoiadores de Vargas, independentemente de suas tendências políticas, sociais ou ideológicas. Os organizadores, por sua vez, eram jornalistas, professores, advogados, sendo que muitos haviam feito parte do integralismo no estado do Amazonas e em outras regiões. Podemos dizer que os queremistas representaram uma corrente mais política, e os trabalhistas eram mais alinhados aos sindicatos. Os termos “trabalhista” e “queremista” eram recorrentemente utilizados pela imprensa local para diferenciá-los, para deixar evidente os lados diante da querela da fundação do partido. Os queremistas evidentemente eram trabalhistas também; estiveram diretamente envolvidos no processo que deu origem ao PTB no estado, da mesma forma que os que se chamaram de trabalhistas tiveram sua participação no queremismo, e, portanto, queriam, no fim das contas, a mesma coisa, mas de formas e representações diferentes.

A questão não era simples de ser resolvida internamente, pois ambas as alas contavam no partido com quinze membros cada uma, o que deixava o impasse ainda mais distante de uma resolução¹⁹. Além disso, não havia qualquer sinalização de trégua que pudesse levar a um acordo ou alguma outra medida que apaziguasse a situação; com isso, não restava alternativa senão esperar as determinações da Comissão Executiva Central.

Ao que parece, a Comissão Central do PTB, em resposta ao comunicado enviado por Manuel Anunciação, recomendou que houvesse temperança e que os integrantes do PTB no Amazonas buscassem equilíbrio ao deliberar sobre o impasse criado. Com isso, a querela acerca da composição do Diretório do PTB no Amazonas foi resolvida na reunião do partido para a aclamação definitiva da diretoria, ocorrida no dia 17 de outubro na sede da Sociedade Beneficente dos Taifeiros. Depois das deliberações dos líderes trabalhistas, o jornalista Aristophano Antony foi aclamado presidente; Francisco Caetano de Andrade, vice-presidente; além de Oséas Martins e Plínio Ramos Coelho como primeiro e segundo secretários, respectivamente. Manuel Anunciação e Vivaldo Lima, que estavam envolvidos na questão do impasse da presidência, ficaram apenas como membros da diretoria²⁰. Portanto, a solução adotada foi a formação de um Diretório de coalizão, que pudesse aparar as arestas e unificar o discurso

do partido para o seu eleitorado, composto por representantes dos sindicatos amazonenses, queremistas e trabalhadores manuais e intelectuais de Manaus. O PTB findou por ser formado com uma base social ampla, e reuniu, no fim do impasse, sindicalistas que atuaram seguindo as determinações do governo Vargas no Estado Novo, a classe média profissional formada por médicos, comerciantes com posses, advogados como o jovem Plínio Coelho, reconhecido admirador de Getúlio Vargas, e jornalistas como Aristophano Antony, que era diretor proprietário do jornal *A Tarde* e recorrentemente usou as páginas de seu periódico para demonstrar sua gratidão e admiração pelo presidente a quem chamava de “grande Chefe”²¹.

Enquanto os líderes trabalhistas levaram algum tempo para entrar em entendimento sobre a composição dos quadros do Diretório, os representantes da União Democrática Nacional seção amazonense, sob a presidência de Manuel Severiano Nunes, logo se organizaram. Seguindo a tendência da capital federal, a UDN local reuniu em suas fileiras antiestadonovistas diversos setores da sociedade amazonense, dentre eles oligarcas que haviam sido destituídos por Vargas, funcionários públicos, comerciantes, jornalistas, professores, estudantes. Apesar do caráter antivarguista em sua essência, não notamos a adoção de uma retórica agressiva contra Vargas nos discursos proferidos pelos udenistas e divulgados pela imprensa. O foco principal foi a divulgação da candidatura de Eduardo Gomes e o que representava o partido para os cidadãos amazonenses.

Além disso, nos chamou a atenção a estratégia adotada pelos representantes do partido para ampliar seus comitês. Em vez de se manterem unicamente com uma base forte na capital, os líderes udenistas decidiram percorrer várias cidades do interior do estado do Amazonas, através das chamadas caravanas democráticas, que visaram ampliar seu campo de atuação no estado. Falar para o homem do interior do estado foi uma estratégia muito usada pela UDN nos primeiros momentos pós-fundação, como forma de amplificar a difusão de suas diretrizes e divulgar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes pelas cidades do interior. O primeiro desses comícios aconteceu na cidade de Manacapuru²²; daí em diante, a caravana percorreu inúmeros municípios do estado, divulgando suas mensagens e propagandeando a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República nas eleições de dezembro. Provavelmente, essa estratégia foi adotada em função da percepção dos líderes udenistas de que seria muito difícil concentrar forças de atuação na capital em virtude da força de PTB e PSD em Manaus; isso talvez nos ajude a entender a busca do partido por se ampliar e, conseqüentemente, se fortalecer, percorrendo os municípios do interior do estado. No interior, a UDN teria um forte antagonista, o PSD, que se organizou em grande medida com a base de inúmeros prefeitos ligados ao interventor Álvaro Maia, já na capital. Além do próprio PSD, a UDN teria que disputar o eleitorado também com o PTB.

Já o Partido Social Democrático foi oficialmente instalado no Amazonas no dia 15 de junho, em cerimônia realizada no Teatro Amazonas. O PSD foi fundado no Amazonas pelo interventor federal Álvaro Maia, com o apoio de outras importantes lideranças, como Rui Araújo, Leopoldo Neves e Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho. Prefeitos de inúmeros municípios do Amazonas, entre eles os de Benjamin Constant, Itacoatiara, Coari, Maués, São Paulo de Olivença, Manacapuru²³, entre outros, se mantiveram fiéis ao interventor Álvaro Maia, fortalecendo uma importante base do PSD pelo interior do estado. Podemos dizer que no Amazonas a regra do PSD enquanto partido dos interventores se confirmou.

AS ELEIÇÕES DE 02 DE DEZEMBRO DE 1945

A medida que os partidos iam se organizando no estado do Amazonas, era chegada a hora de definir os nomes que representariam as legendas nas eleições que se aproximavam. Havia, até então, muitas especulações em torno das composições, principalmente para a corrida pelo governo do Amazonas. O clima de ansiedade se intensificou quando o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto-lei n. 8.063, de 10 de outubro de 1945, confirmando que as eleições para governadores e para a composição das Assembleias Legislativas dos Estados ocorreriam no dia 02 de dezembro, juntamente com o pleito para presidente da República, Conselho Federal e Câmara dos Deputados²⁴. Com essa determinação, os interventores deveriam outorgar novas cartas constitucionais dos estados dentro do prazo de 20 dias a contar da data de publicação deste decreto-lei. No dia seguinte, o interventor Álvaro Maia declarou que iria nomear uma comissão especial para elaboração da Constituição do Estado²⁵. Assim, no dia 13 de outubro, era divulgada a formação da comissão que iria elaborar a carta constitucional do estado do Amazonas.

Com as eleições se avizinando, os partidos precisavam indicar o quanto antes seus candidatos, principalmente os que disputariam o governo do estado. Todavia, apesar da proximidade das eleições, o PSD, até o momento, não havia indicado oficialmente nenhum representante. Havia naquele momento muitas especulações em torno de possíveis nomes, e, embora as lideranças do partido fossem simpáticas ao nome de Leopoldo Neves, nunca chegaram a confirmá-lo oficialmente como sendo o representante pessedista na disputa pelo governo do estado²⁶. Acreditamos que essa indecisão tenha desagradado Leopoldo Neves, que, ainda no mês de outubro, no dia 20, encaminhou ao líder do partido, Álvaro Maia, sua solicitação de desligamento das hostes do Partido Social Democrático²⁷. Sem Neves no partido, o PSD indicou Rui Araújo como o novo candidato da legenda²⁸. A UDN também apresentava o nome do indicado para disputar a eleição governamental; sem grandes surpresas, o escolhido foi o presidente do partido, Severiano Nunes²⁹.

Definidas as escolhas de PSD e UDN, faltava o PTB fechar questão em torno de um nome forte, que pudesse dar condições de vitória ao partido. O partido mal havia sido fundado e já estivera envolvido em disputas internas pelo comando do Diretório, ou seja, o PTB iniciou sua trajetória no Amazonas tensionado intimamente, e, portanto, seria necessário cautela ao indicar o nome que representaria o partido na eleição ao governo do estado. Depois que deixou o PSD, Leopoldo Neves acabou ingressando nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro, e seu nome era visto com simpatia por muitos integrantes do partido como possível candidato ao governo. Contudo, parecia que a história se repetia para Leopoldo Neves: assim como ocorrera em tempos de PSD, seu nome era especulado, contava com a simpatia de muitos membros do partido, mas nada de ser escolhido e anunciado oficialmente. Assim, o final do mês de outubro se aproximava e o PTB não definia tal questão³⁰.

Enquanto o PTB no Amazonas não fechava questão referente à indicação do candidato ao governo, os últimos acontecimentos na capital federal davam conta da destituição de Getúlio Vargas da presidência do país em fins de outubro. Em seu lugar, assumiu a Presidência da República o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Linhares³¹, que logo assinou o decreto-lei n. 8.155, de 1º de novembro de 1945, revogando o decreto-lei n. 8.063, de 10 de outubro de 1945, e todos os atos dele decorrentes³². Dessa forma, estavam suspensas as eleições para o governo do estado e a Assembleia Legislativa. A notícia representou um balde de água fria nas intenções dos grupos políticos do Amazonas, que ansiavam pelo governo do estado depois de alguns anos de ditadura.

Como consequência dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, o interventor Álvaro Maia, no dia 01 de novembro, enviou comunicado ao presidente José Linhares, solicitando exoneração³³. Maia foi destituído da Interventoria Federal no Amazonas, e, em seu lugar, foi nomeado o Desembargador Emiliano Stanislaw Afonso, por determinação de Linhares³⁴. Terminava o longo período de Maia à frente do governo do estado, mas sua exoneração do governo não representou um enfraquecimento de sua força e influência política na região; ao contrário, Maia exercia importante papel de liderança à frente do PSD.

Com a eleição para governador e Assembleia Legislativa suspensas, os partidos concentraram suas atenções nas campanhas direcionadas para os cargos de senadores, deputados federais e presidente. Apesar da frustração pela suspensão da eleição para governo e Assembleia Legislativa, os representantes partidários no Amazonas se empenharam nas campanhas, afinal, havia importante disputa pelos cargos de senador e deputado federal pela frente. Com as eleições realizadas, vejamos um quadro geral com os resultados no estado do Amazonas (Tabela 1).

Com esse resultado, podemos notar que ainda era expressiva a força política exercida pelo ex-interventor Álvaro Maia e seu grupo político. O PSD saiu das eleições de 02 de dezem-

Tabela 1 – Resultado das eleições 1945 – Amazonas.

SENADOR – ELEITO	VOTAÇÃO	PARTIDO
Álvaro Botelho Maia	8.982	PSD
Waldemar Pedrosa	8.382	PSD
DEPUTADOS FEDERAIS – ELEITOS	VOTAÇÃO	PARTIDO
Manoel Severiano Nunes	4.600	UDN
Leopoldo Amorim da Silva Neves	2.493	PTB
Leopoldo Peres	2.262	PSD
Francisco Pereira da Silva	1.680	PSD

PSD: Partido Social Democrático; UDN: União Democrática Nacional; PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral. Dados do resultado eleitoral de 1945. Votação por candidato. Estado do Amazonas, seção Amazonas.

bro de 1945 como o grande vitorioso; isso era um indicativo de que o partido viria forte para a disputa governamental e a Assembleia Legislativa. Portanto, udenistas e petebistas precisavam rever suas articulações e estratégias, pois o resultado das urnas demonstrou que elas fracassaram. Seria necessário pensar estratégias que pudessem ampliar suas ações no estado para que houvesse uma possibilidade real de derrotar o grupo político do agora senador eleito Álvaro Maia — o que de fato aconteceu. Udenistas e petebistas se uniram para a eleição de 1947 em torno da chamada coligação udeno-trabalhista e findaram por derrotar o PSD de Maia no pleito daquele ano. A união eleitoral entre petebistas e udenistas foi bem-sucedida; ambos saíram como os grandes vitoriosos da eleição de 1947.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivendo os momentos finais do Estado Novo, as personagens da cena política do Amazonas promoveram intensa movimentação em torno de inúmeros debates que estavam na ordem do dia com o arrefecimento da ditadura varguista. Assim, debates acerca da organização de partidos políticos mobilizaram o cenário local. Mas os momentos finais do Estado Novo não foram marcados apenas pelo processo de reordenamento político-partidário; houve importante formação de um movimento denominado “Frente Democrática Getúlio Vargas”, que organizou inúmeras manifestações de apoio ao presidente Vargas em Manaus. Além dessas questões, a realização de eleições impulsionou o processo de acordos entre os representantes da política local, que, uma vez organizados em partidos, foram em busca do eleitorado.

À medida que os meses foram passando, líderes dos três principais partidos fundados naquele momento buscaram ampliar suas bases eleitorais na capital e no interior do estado. A UDN, sob a liderança de Severiano Nunes, percorreu várias cidades do interior do Amazonas, como forma de tentar equilibrar forças com os partidos adversários, principalmente PSD e PTB. Por sua vez, os trabalhistas tiveram que amplificar os esforços para se organizar depois dos desentendimentos durante sua fundação. O PSD, por sua vez, nasceu à luz da representação do interventor Álvaro Maia, com o apoio de inúmeros prefeitos interioranos, confirmando, portanto, a máxima do PSD enquanto partido dos interventores.

Com o cenário político movimentado, foram realizadas as eleições de 02 de dezembro, consagrando o PSD local naquele momento histórico. Passado o pleito, os grupos políticos passaram a direcionar suas atenções para a disputa pelas vagas na Assembleia Legislativa e governo do estado, em eleição a ser realizada em 1947. Dessa forma, ainda em dezembro de 1945, os três principais partidos políticos mobilizavam-se com o objetivo de organizar suas frentes para o que prometia ser uma acirrada campanha eleitoral — o que de fato se confirmou ao longo dos meses seguintes, até a realização do pleito.

Com o processo de organização e com a experiência vivida com as eleições de 02 de dezembro, os partidos pareciam mais organizados, e, portanto, mais centrados para partir em busca de alianças que exigiriam negociações cautelosas e astutas, pois os principais partidos do estado iriam travar a batalha decisiva pelo controle da futura política do Amazonas. As pretensas alianças precisariam ser bem pensadas pelas lideranças dos partidos que as fossem fazer, pois desacordos e mudanças de posições eram comuns no Amazonas. Podemos afirmar que, nessa batalha, o PSD largava na frente, pois era o partido que se estruturara à base da Interventoria, conduzido pela expressiva liderança de Álvaro Maia e vindo de uma triunfante vitória nas eleições de dezembro de 1945, nas quais abocanhara as duas vagas em disputa para o Senado e três das cinco para a Assembleia Nacional Constituinte. Era claramente a força política a ser derrotada em disputa futura. Apesar dessa pujança pessedista pós-pleito de 1945, uma aliança mudou os rumos eleitorais em 1947. Udenistas e petebistas se uniram e formaram a coligação udeno-trabalhista, construindo uma frente forte para frear o PSD. Depois de uma campanha tensa, com muitos embates, a coligação udeno-trabalhista saiu-se vitoriosa em 1947.

Apesar dessa derrota em 1947, o PSD, por meio de seu principal expoente, Álvaro Maia, assumiria o governo do estado do Amazonas com a vitória nas eleições de 1950, em uma eleição marcada pela total desunião do PTB, que partiu para aquela eleição, uma vez mais, coligado com a UDN, contudo, completamente fissurado internamente. As eleições seguintes (1954, 1958 e 1962) foram marcadas pelo triunfo trabalhista, período de significativo domínio do PTB que emplacou a eleição para o governo amazonense três vezes seguidas, duas com

Plínio Ramos Coelho (1954 e 1962) e uma com Gilberto Mestrinho (1958). Entre 1955 e 1964, o cenário político no Amazonas foi dominado pelos trabalhistas; o curioso é que nunca tiveram como característica fundamental, desde sua fundação, unidade interna. Ao contrário, desde que nasceu, em 1945, o PTB local foi marcado por brigas e cisões. Ainda assim, venceram inúmeras eleições e governaram o Amazonas até a queda do então governador Plínio Ramos Coelho, por meio de decreto emitido pelo presidente Castelo Branco em 13 de junho de 1964.

Conflitos de interesse: nada a declarar.

Fonte de financiamento: nenhuma.

NOTAS

- 1 Palavra de ordem, *Jornal do Commercio*, Manaus, 15 fev. 1945, p. 1.
- 2 Fala ao *Globo* o sr. José Américo, *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1945, p. 1, ed. vespertina.
- 3 *Jornal do Brasil*, "Coisas da Política", Rio de Janeiro, 04 mar. 1945.
- 4 A classe operária em Manaus era composta de inúmeras categorias, destacamos aqui: taifeiros, trabalhadores da construção civil, estivadores, trabalhadores de transportes fluviais, transporte urbano, trabalhadores do comércio, gráficos, oficiais de máquinas, operários portuários, dentre outros. Essas categorias eram, em geral, representadas por lideranças sindicais comprometidas com o getulismo.
- 5 O queremismo em Manaus, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09 ago. 1945, p. 14.
- 6 Frente Democrática Getúlio Vargas, *Jornal do Commercio*, Manaus, 02 set. 1945, p. 8.
- 7 Comícios "queremistas" nos vários bairros de Manaus, *Jornal do Commercio*, Manaus, 26 set. 1945, p. 4.
- 8 Reafirmando a sua vontade soberana, o povo brasileiro pedirá que seja convocada imediatamente uma Assembleia Constituinte no grande comício nacional a realizar-se nesta capital, hoje, *O Globo*, Rio de Janeiro, 03 out. 1945, p. 5.
- 9 O Palácio Rio Negro foi sede do governo do estado do Amazonas durante o período de 1918 a 1995.
- 10 O comício-monstro de ontem, pró constituinte com Getúlio Vargas, *A Tarde*, Manaus, 04 out. 1945, p. 1.
- 11 Outro comício "queremista" foi levado a efeito ontem, *A Tarde*, Manaus, 25 out. 1945, p. 1.

- 12** repercussão da renúncia do sr. Getúlio Vargas no exterior, *Folha da Manhã*, São Paulo, 01 nov. 1945, p. 1.
- 13** Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Verbete.
- 14** Esse decreto-lei ficou conhecido como Lei Agamenon em referência ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável pela redação do decreto.
- 15** Informações disponíveis em: retiradas de www2.camara.leg.br. Acesso em: 30 jul. 2021.
- 16** Informações disponíveis em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 30 jul. 2021.
- 17** Fundado o PTB, *Jornal do Commercio*, Manaus, 13 jul. 1945, p. 8.
- 18** Aos trabalhadores manuais e intelectuais, *Jornal do Commercio*, Manaus, 19 set. 1945, p. 1.
- 19** O que vai pelo Partido Trabalhista Brasileiro do Amazonas, *Jornal do Commercio*, Manaus, 16 maio 1946, p. 6.
- 20** Aclamado, em sessão de ontem, o Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro, *A Tarde*, Manaus, 18 out. 1945, p. 6.
- 21** A ordem do chefe, *A Tarde*, Manaus, 19 nov. 1945, p. 1.
- 22** O que foi a excursão da UDN do Amazonas a Manacapurú, *Jornal do Commercio*, Manaus, 03 jul. 1945, p. 4.
- 23** A grande convenção do Partido Social Democrático do Amazonas, *O Jornal*, Manaus, 30 out. 1945, p. 4.
- 24** Informações disponíveis em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 02 ago. 2021.
- 25** O interventor irá nomear uma comissão especial, *A Tarde*, Manaus, 11 out. 1945, p. 6.
- 26** *A Tarde*, "Fatos e palpites", Manaus, 13 out. 1945, p. 1.
- 27** Teriam se desligado do PSD os drs. Waldemar Pedrosa e Leopoldo Neves, *Jornal do Commercio*, Manaus, 21 out. 1945, p. 1.
- 28** Rui Araújo para governar o Amazonas, *Jornal do Commercio*, Manaus, 23 out. 1945, p. 4.
- 29** *A Tarde*, "Fatos e palpites", Manaus, 23 out. 1945, p. 1.
- 30** *A Tarde*, "Fatos e palpites", Manaus, 30 out. 1945, p. 1.
- 31** Renunciou o presidente Getúlio Vargas, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 out. 1945, p. 5.
- 32** Não se realizarão a 2 de dezembro as eleições para governadores e Assembleias Legislativas Estaduais, *Folha da Manhã*, São Paulo, 02 nov. 1945, p. 11.

33 Solicitou a sua exoneração o interventor Álvaro Maia, *Jornal do Commercio*, Manaus, 02 nov. 1945, p. 4.

34 Tomou posse, ontem, o novo interventor do Amazonas, *A Tarde*, Manaus, 08 nov. 1945, p. 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, H. G. *Imprensa e poder: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937–1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, 2009.

BENEVIDES, M. V. de M. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945–1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

DELGADO, L. de A. N. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. III, p. 127-154.

FERREIRA, J. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J. (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. III, p. 13-46.

GOMES, A. de C. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HIPPOLITO, L. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945–64)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LIMONGI, F. Fazendo eleitores e eleições: Mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo. *Dados – Revista de Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 371-400, 2015. <https://doi.org/10.1590/00115258201547>.

MACEDO, M. R. de. Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros, o movimento queremista e a transição democrática de 1945. In: FERREIRA, J. (org.). *As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*. Niterói: EDUFF, 2010. p. 111-129.

MENDONÇA, R. S. *Revista Sintonia: imprensa e poder político no Amazonas (1939–1943)*. 1999. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, 2015.

MOTTA, R. P. Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NETO, L. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930–1945)*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NICOLAU, J. M. *História do voto no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

NICOLAU, J. M. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PERES, L. *Getúlio Vargas: o homem e o chefe*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1944.

SOUZA, M. do C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.